

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## O P. S. D. chamado a formar Governo



Pedro Santana Lopes  
é o Primeiro-Ministro de Portugal

## Intervenção sobre a alteração da imagem feminina nos manuais escolares

Deputada Aurora Vieira  
Assembleia da República, 02 de Julho de 2004

(...)  
...a “lei Bases da Educação recentemente aprovada neste Parlamento, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, incorporou em muitos dos seus artigos princípios explícitos de não discriminação, melhor dizendo de “*igualdade entre homens e mulheres*”

A escola enquanto instituição de ensino desempenha um papel fundamental em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres sendo a imagem da mulher transmitida não só pelos manuais escolares como pelos professores e até pelo contexto de acção.

O Projecto de parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de oportunidades, do Parlamento Europeu (21 /02 COS 2002/2050) destinado à Comissão para a Cultura Juventude, Educação (Livro Branco da CE : um novo impulso à juventude europeia) cita claramente :

“...Os jovens pronunciaram-se claramente a favor de, futuramente, ser prestada maior atenção às **questões de género...** A fim de alcançar uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade, é necessário criar, logo à partida, as bases na **formação escolar** e orientar os planos curriculares nesse sentido”

(...)  
O Plano Nacional para a igualdade de oportunidades no sistema escolar-93/95 – afirmava assim **“uma visão antropológica mais rica: o ser humano é dúplice, macho e fêmea, desde sempre. Repercorrer e revisitare a cultura do passado e do presente, a partir deste ponto de vista, deve constituir um dos principais compromissos culturais e educativos da escola”**

(...)  
Quanto às desigualdades de género nos manuais escolares refiro dois estudos, um referente à análise das representações de género nos manuais escolares do 1º ciclo de língua portuguesa e estudo do meio e outro referente a manuais de língua inglesa para o 7º e 8º ano de escolaridade (em que analisa a dicotomia género - profissão) que sendo para disciplinas e anos diferentes chegam a idênticas conclusões.

Concluem as autoras pela existência de um sexismo explícito por representações desfasadas da realidade social actual, como implícito veiculando estereótipos do que é ser homem ou mulher para o que contribuem a identificação das profissões no masculino.

A ausência de homens no mundo doméstico (...história dos meus filhos...) pela utilização do masculino genérico tendo como interpretação o masculino específico.



Nas ilustrações surgem mais figuras masculinas que femininas, representando o **ponto de vista visual a humanidade.**

O exercício do poder para as mulheres encontra-se confinado à esfera doméstica, surgindo só aqui como agentes de acção, deixando assim uma esfera de intervenção social macro para elas e para elas a micro da esfera da família.

As mulheres **não são** (nos livros) bombeiras, políticas, jogadoras de futebol, pilotos, juízas, gestoras, mecânicas, técnicas de informática, nem jornalistas (!) mas nenhum homem é enfermeiro, bailarino ou doméstico.

No masculino cozinheira “*Chef e o masculino de hospedeira de bordo é*

*Comissário de bordo.*

Como podemos constatar não só pelo que conhecemos e percebemos mas confirmados por estudos é que existem reais e grandes assimetrias desfavoráveis às mulheres.

Isto apesar da população feminina ser maioritária relativamente à masculina na sociedade e de nas escola, apesar do equilíbrio rapazes /raparigas nos anos de escolaridade obrigatória, este vai sendo progressivamente desequilibrado quando se passa para o secundário e principalmente para o superior no sentido de maior frequência e melhores resultados para as mulheres.

Este sentido torna-se a inverter quando analisamos a saída da escola para a vida activa relevando o papel de promoção de igualdade de oportunidades dado pela escola e ainda negado pela sociedade.

Dizem os estudiosos que a escola “... é do género feminino” (frase minha) no sentido que a profissão de **professora** é maioritária e que na maioria (sobretudo no ensino superior) também o é o de **aluna** mas que as mulheres se adaptam (dada as condicionantes femininas do género – adaptabilidade, docilidade, disciplina) mais ao formato escolar daí terem

menor abandono e melhores resultados!!!

O sucesso masculino é “suor” o feminino é de contexto!!

Mas apesar das condicionantes de enquadramento social e das mensagens dos manuais escolares verificamos que cada vez mais mulheres frequentam e têm sucesso escolar, escolhendo profissões não veiculadas nos manuais e para além disso,

Pois que estes também não são o único veículo de informação como a escola não é o único lugar de formação e aprendizagem.

A educação é de importância vital na vida social, política e económica do País é um instrumento básico para a aquisição de saberes e um elemento indispensável na construção da autonomia, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e como tal da cidadania e democracia .

Concordando assim, com a necessidade de equilibrar o conteúdo dos manuais escolares há que não esquecer a necessidade de alteração de atitudes nomeadamente na área da docência promovendo formação com vista ao desenvolvimento de consciência crítica na área da igualdade de género.

(...)



## Intervenção sobre a morte da escritora e poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen

Deputada Teresa Morais  
Assembleia da República, 08 de Julho de 2004

(...)  
Sophia de Mello Breyner Andresen morreu no dia 2 de Julho.

Excepcional escritora e poetisa, deixou em todos nós a imensa mágoa de ver partir alguém inesquecível, verdadeiramente insubstituível, como são todos os grandes poetas, todos os seres especiais.

Unida ao mar, ao vento e à lua, num pacto misterioso e encantador, descobriu a fórmula aparentemente perfeita de comunicar com a natureza e transmitiu-nos de modo único esse caminho num percurso literário de mais de 50 anos.

Sophia escreveu sobre a beleza, a vida, o amor, a liberdade. Sophia era a própria beleza na imagem e na palavra e uma voz autêntica e genuína da própria liberdade.

Destacou-se na resistência à ditadura, empenhou-se na construção da democracia, como deputada à Assembleia Constituinte e, depois, à Assembleia da República.

Foi uma mulher inteira, verdadeira e livre.

Consagrada pelos mais prestigiados prémios da crítica internacional, traduzida em inúmeras línguas, condecorada três vezes pela República Portuguesa. Todos os prémios foram merecidos, todos honrosos, todos foram poucos para o que lhe devemos.

Deixou uma vastíssima obra, em que para nosso bem a podemos recordar.

Queria destacar os livros ditos para crianças que muitos adultos nunca esquecerão. A este propósito permitam-me uma brevíssima nota pessoal: No

dia da sua morte dei comigo a pensar como poderia eu homenageá-la e julgo que encontrei uma forma feliz de o fazer.

Entre numa livraria e saí com a fantasia na palma da mão: *A menina do mar*, a *Fada Oriana*, a *Floresta e O cavaleiro da Dinamarca*. Ofereci-os à minha filha que tem três anos e não terá a felicidade de conhecer Sophia e expliquei-lhe que aqueles, eram livros escritos por uma linda mulher que partiu para longe mas quis deixar às crianças um presente precioso para toda a vida.

O Grupo Parlamentar do PSD exprime o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Sophia de Mello Breyner Andresen, uma enorme perda para a cultura portuguesa, e apresenta à família o seu profundo desgosto.



Intervenção sobre regime Legal de Concessão e Emissão de Passaportes

## Deputado António Nazaré Pereira

Assembleia da República, 08 de Julho de 2004

(...)

A governação da coligação PSD/CDS-PP consubstancia um Compromisso de Mudança sufragado maioritariamente pelos portugueses.

O Programa Eleitoral de Governo que o Partido Social-Democrata apresentou aos portugueses em 2002 explicitava claramente entre as medidas concretas para assumir a importância estratégica das Comunidades Portuguesas a necessidade de "melhorar os serviços consulares, através da respectiva informatização, da qualidade do atendimento dos cidadãos e da desburocratização ...".

Para alcançar esse objectivo é necessário corrigir o Decreto-lei 83/2000, criando condições para que os funcionários consulares sejam dotados dos meios necessários ao efectivo exercício das suas funções ao serviço do Estado Português.

Com efeito, a Convenção de Viena sobre Relações Consulares reconhece um conjunto de relações, privilégios e imunidades consulares que contribuem para o desenvolvimento de relações amistosas entre os países e esse é um objectivo de Portugal.

Mas essa Convenção também reconhece que a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar indivíduos mas assegurar o eficaz desempenho das funções dos postos consulares.

A verdade é que o Decreto-lei 83/2000, de 11 de Maio, não tinha em consideração o Decreto-lei 444/99, de 3 de Novembro, que consagra o Estatuto Profissional do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, à luz dessa legislação do Partido Socialista, o pessoal desses Serviços Externos não tinha, por regra, direito à atribuição de passaporte diplomático.

O Decreto-lei 108/2004, de 11 de Maio, veio formalmente resolver esse problema, quer a oposição queira ou não reconhecer.

É um passo no bom sentido. No sentido de permitir aos funcionários do serviço externo o direito à emissão de Passaporte especial quando se torne indispensável ao exercício das respectivas funções.

Fê-lo de forma eventualmente limitada e casuística. É verdade. Fê-lo de forma eventualmente menos perfeita. Não temos nenhum problema em o admitir. Fê-lo de uma forma que pode ser aperfeiçoada. A obra humana raramente é perfeita e, quando o é, trata-se de arte ou religião, não da comum acção legislativa.

O Partido Social Democrata porém está firmemente convencido que o prestígio da representação de Portugal no estrangeiro, o reforço da capacidade de protecção consular e a segurança de funcionários que exercem funções nos mais variados países beneficiam de uma



clara regulamentação das condições de acesso e concessão do passaporte especial ao pessoal de nacionalidade portuguesa dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tornando mais geral o seu acesso.

Acresce que o Partido Social Democrata está também firmemente convencido que a titularidade do passaporte especial pode contribuir para a correcta acreditação do pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros junto das autoridades locais, de acordo com o direito internacional público vigente e a prática localmente seguida neste domínio, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 444/99 e, em consequência, contribuir para assegurar o mais eficaz desempenho das funções dos postos consulares.

O Partido Social Democrata viabilizará assim os pedidos de apreciação parlamentar 78/IX e 79/IX apesar de ser evidente que os fundamentos apresentados pelos Partidos proponentes se baseiam em atitudes politicamente incoerentes.

Tal é a nossa convicção da importância em tornar processualmente expedita a emissão de passaporte a funcionários da representação externa portuguesa, revendo a legislação de 2000, que impedia na prática o acesso ao Passaporte Especial a esses funcionários, que nós próprios, em acção conjunta PSD/CDS-PP, faremos entrega na Mesa da Assembleia de propostas de alteração ao texto legal hoje actualmente em vigor.

Esperamos convictamente que seja possível, em trabalho de Comissão, colaborar com todos os partidos representados nesta Assembleia para que se alcance um texto final claro, isento de ambiguidades mas ao mesmo tempo capaz de responder à sensibilidade do problema.

Um texto que permita melhorar a

eficácia da actuação dos funcionários do Estado português que, diariamente com o seu esforço e dedicação cuidam da representação de Portugal no exterior em contacto permanente com serviços de outros Estados e com a grande comunidade de portugueses emigrantes.

Neste assunto está em jogo o interesse da imagem e da eficácia da actuação de Portugal através dos seus funcionários e não interesses de classes, sejam elas quais forem.

Não confundimos os interesses da Nação com os interesses de grupos e muito menos consideramos que questões como esta devam ser arma de confronto político-partidário.

Apelamos pois para que o texto que esta Assembleia venha a aprovar em substituição se reja por princípios essenciais:

- **dignificação do prestígio de Portugal e dos funcionários portugueses que o servem no estrangeiro;**

- **melhoria da eficácia do desempenho dessas funções;**

- **efectivo contributo para reforço da capacidade de protecção consular aos emigrantes portugueses;**

- **reforço das condições da própria segurança dos funcionários;**

e, por fim mas não menos importante,

- **clara explicitação, sem margem para ambiguidades jurídicas ou processuais, das condições de emissão e elegibilidade.**

**Para bem de Portugal e dos portugueses.**

## Observatório

### A crise de que nos falamos

Governar Portugal não é como jogar à bola, mas por isso mesmo a esquerda deveria ter outra seriedade argumentativa.

**Gonçalo Capitão, A Capital, 07/07/04**

### Opção (II)

A governação do PS deixou o país no último lugar de todas as escalas europeias, da educação à produtividade. A recuperação tem vindo a ser lenta e difícil e não pode ser comprometida.

**Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 07/07/04**

## O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas  
Sobre a Guarda e o comboio de alta velocidade  
**Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes**

Requerimento ao Ministério da Educação  
Sobre a construção da nova escola básica na Vila de São Tomé de Negrelos  
**Dep. Abílio Almeida Costa**

Requerimento ao Ministério da Administração Interna  
Sobre a nova esquadra da PSP para Santo Tirso  
**Dep. Abílio Almeida Costa**

Requerimento ao Ministério da Presidência e ao Ministro Adjunto do Primeiro Ministro  
Sobre as transmissões do Euro 2004 na RTP-1  
**Dep(a) Manuela Aguiar**

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e ao Ministério do Emprego e da Solidariedade Social  
Sobre os números actuais do ASIC  
**Dep(a) Manuela Aguiar**

Requerimento ao Ministério da Educação  
Sobre a construção da nova escola secundária de São Martinho do Campo  
**Dep. Abílio Almeida Costa**

## Intervenção sobre os cuidados paliativos

Deputado José Manuel Lemos Pavão  
Assembleia da República, 8 de Julho de 2004

(...)

Algumas semanas antes de me ser distribuído o conjunto de elementos e informação sobre o assunto que está hoje aqui em discussão, recebi um telefonema duma respeitável cidadã, por acaso amiga pessoal, que me dizia preocupada que as suas análises tinham confirmado haver contraído uma artrite reumatóide.

Antes, porém e durante alguns meses, a Graça de seu nome, tinha sofrido o incómodo de dores incaracterísticas e pouco definidas, um mal estar e uma fadiga sem razões, mas que rapidamente alteram o ritmo do seu quotidiano.

A partir de agora, a minha amiga é uma das 40.000 portuguesas afectadas por esta doença músculo-esquelética de causa desconhecida e dentro de 5 anos, se as estatísticas falarem verdade, estará nos 72% de doentes incapacitados para o seu trabalho e para as actividades correntes da vida pessoal e familiar de cada um de nós.

De facto, esta ameaçadora e incompreensível doença afecta a capacidade produtiva dos doentes e



a sua relação com o trabalho, com a família e até com a sociedade em geral. Implica um acompanhamento constante e uma assistência periódica e rapidamente atira para uma precoce invalidez.

Assim sendo, fácil se torna deduzir como devem ser tomadas em conta os custos sociais e económicos desta doença, razão pela qual o diagnóstico precoce e a terapêutica rápida e adequada se impõem não apenas como benéfico para os próprios mas sobretudo para a

sociedade a que pertencemos.

Uma só palavra e como mandam as boas regras, prevenir para remediar.

Explicada sumariamente a doença, avaliada a sua dimensão epidemiológica, feito o alerta sobre as graves implicações sociais, há que tomar medidas fazendo justiça.

Por isso esta Petição de 8.000 cidadãos reclamando discriminação positiva no acesso a medicamentos em igualdade de direitos com outras doenças semelhantes e pedindo legislação a preceito para comparticipação a 100% dos medicamentos da indicação terapêutica específica, tem a nosso ver toda a validade.

É que e para já só 8 hospitais do Serviço Nacional de Saúde tem unidades de reumatologia através dos quais é possível aceder aos imunossuppressores, aos corticóides e imunomoduladores, triade terapêutica clássica desta doença.

Por outro lado, urge regulamentar a rede de Referência Hospitalar de Reumatologia garantindo não apenas

a assistência especializada mas também a formação específica indispensável e o acompanhamento qualificado destes doentes.

Atento aos progressos científicos na terapêutica desta patologia e assumindo aqui o dever de proporcionar aos nossos concidadãos a bondade dos melhores e mais modernos tratamentos, registamos com apreço o trabalho já efectuado pelo INFARMED na avaliação rigoroso dos medicamentos, passo prévio à sua introdução no circuito comercial. Cabe aqui também uma palavra de muito apreço pelo labor desinteressado e dedicação de quantos voluntariamente se multiplicam em acções da defesa dos legítimos direitos dos doentes e da conquista do seu bem-estar como é exemplo generoso a A.N.D.A.R.

Por último e concluindo é necessário e com celeridade, dar os passos que ainda faltam para fazer justiça concedendo, através de legislação apropriada, a igualdade no acesso aos medicamentos e a sua devida comparticipação.

## Serviços de Segurança activos no “Euro 2004” distinguidos com medalha de Serviços Distintos

O ministro da Administração Interna agradeceu e louvou, no dia 5, o esforço de todos os que contribuíram para a segurança do Euro-2004, incluindo as empresas de segurança privada, que tinham lamentado a falta de reconhecimento do governo.

O governo reuniu hoje os responsáveis dos serviços de segurança do Estado e entregou um louvor a cada, atribuindo-lhes a medalha de ouro dos Serviços Distintos de Segurança Pública.

Foram distinguidos o SNBPC (Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil), o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), do SIS (Serviços de Informações e Segurança), a PSP, a GNR e o Gabinete Coordenador de Segurança.

No discurso, Figueiredo Lopes estendeu os agradecimentos a outros funcionários, ligados a outros Ministérios, como a Polícia Judiciária e as forças que integram o sistema de Autoridade Marítima e a Autoridade Aeronáutica, e às Forças Armadas e disse ainda «... É com muito gosto que manifesto também o nosso apreço e merecido reconhecimento às empresas de segurança privada, que pela primeira vez no nosso país lançaram os Assistentes de Recinto Desportivo, cujo trabalho dentro dos Estádios se revelou muito eficiente e bem organizado”, acrescentou o Ministro.

Figueiredo Lopes fez também um agradecimento especial ao secretário de Estado da Administração Interna, Nuno Magalhães, o responsável pela supervisão de todo o sistema de segurança do Euro-2004.

Um trabalho de dois anos e três meses que culminou “na maior operação de segurança alguma vez realizada” em Portugal, disse Nuno Magalhães.

Lembrando a criação de nova legislação, as reuniões que levaram ao Plano Global de Segurança, a aquisição de novos equipamentos, que custaram 16,5 milhões de euros, a formação e treino de pessoas e todo o trabalho que levou



ao Euro-2004, Nuno Magalhães concluiu que “a chave do sucesso” foi “a competência, a dedicação e a cooperação”.

O Euro-2004 foi considerado unanimemente um êxito em matéria de segurança.

# Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião do passado dia 8, na Presidência do Conselho, aprovou 6 Resoluções, todas ligadas ao ordenamento do território, sendo a primeira ratificativa de uma **alteração ao Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António**.

O Governo resolveu ratificar a alteração ao Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, de forma a viabilizar a construção de um empreendimento turístico que foi considerado, pela sua inegável singularidade e natureza estruturante quanto ao investimento e interesse para o desenvolvimento turístico do país, de interesse turístico relevante por despacho do Secretário de Estado do Turismo.

## **Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, no município de Aveiro**

Uma Resolução do Conselho ratifica a revisão do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, no município de Aveiro.

A revisão do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António consiste na alteração dos limites da área, dos usos e das cercas do plano de pormenor anteriormente em vigor e fundamenta-se na necessidade de introduzir uma disciplina urbanística mais concreta na área abrangida.

## **Reserva Ecológica Nacional do município de Alcobaça**

Resolução do Conselho que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Alcobaça, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2000, de 14 de Julho.

A aprovação do presente diploma decorre:

Da transposição do Plano Director Municipal e da delimitação da REN do formato analógico para uma base digital sobre cartografia oficial à escala 1:10.000, que evidenciou algumas discrepâncias;

Do ajuste da delimitação das REN, resultante dos estudos e propostas do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra;

Da elaboração de um estudo geológico que evidenciou incorrecções na delimitação da REN;

Da actual configuração do concelho, resultante da transferência da freguesia da Moita para o concelho da Marinha Grande.

## **Reserva Ecológica Nacional do município de Cuba**

Resolução do Conselho que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Cuba.

A alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para a área do município de Cuba, enquadra-se no processo de elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Cuba.

## **Reserva Ecológica Nacional do município de Montemor-o-Novo**

Resolução do Conselho que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Montemor-o-Novo.

A alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para a área do município de Montemor-o-Novo, enquadra-se no processo de elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo.

## **Plano de Pormenor do Parque Urbano de Vila do Conde**

Resolução do Conselho que ratifica o Plano de Pormenor do Parque Urbano de Vila do Conde, integrado no âmbito do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

O Plano de Pormenor do Parque Urbano de Vila do Conde tem como objectivo a criação de uma conjuntura que dinamize as intervenções em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, quer ao nível da estrutura edificada, quer ao nível do espaço público, através da construção de um Parque Urbano que possa servir para ancorar as transformações que vão naturalmente emergir na envolvente e de uma frente urbana de relação com o topo Norte do Parque Urbano, assegurando, pela criação de mais-valias através da garantia de construção, a aquisição, por negociação, dos terrenos necessários para a execução do referido Parque, em vez de se recorrer à expropriação por utilidade pública.

## **Planos Directores Municipais de Guimarães, Lousada e Felgueiras, na área das freguesias que constituem o novo município de Vizela**

Resolução do Conselho que ratifica a prorrogação, por mais um ano, do prazo de vigência das medidas preventivas ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2002, de 9 de Abril, e determina o prazo da suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Guimarães, Lousada e Felgueiras, na área das freguesias que constituem o novo município de Vizela.

O município de Vizela, recentemente criado, ainda não dispõe de plano director municipal, cuja elaboração se encontra em curso, nem de qualquer outro instrumento de planeamento territorial, pelo que urge prorrogar por mais um ano as medidas preventivas, pelas mesmas razões que presidiram ao respectivo estabelecimento.

Por outro lado, cumpre determinar o prazo de vigência da suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Guimarães, Lousada e Felgueiras, o qual não poderá ser superior ao da prorrogação das presentes medidas preventivas, atendendo ao disposto no n.º 4 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99.

## Posto de turismo móvel para emigrantes

O primeiro camião transformado em posto de turismo móvel do ICEP iniciou no dia 8, hoje em Chaves uma digressão pelo país para incentivar os emigrantes a passarem as férias fora das suas terras de origem.

No âmbito da abertura das festas da cidade, a Câmara Municipal de Chaves promoveu uma pequena cerimónia para assinalar a permanência do camião do ICEP, durante quatro dias, naquela localidade.

No próximo dia 23 de Julho, Mondim de Basto recebe o segundo camião que também vai andar por Portugal a promover os destinos turísticos do continente e das ilhas da Madeira e dos Açores, tendo como ponto de partida sete temas base: Gastronomia e Vinho, Animação Nocturna, História e Cultura, Praia, Natureza, Romance e Família.

Sob o lema “Portugueses sem Fronteiras”, os camiões vão estar na estrada até 08 de Setembro e marcarão presença em várias festividades habitualmente frequentadas pelos portugueses residentes no estrangeiro que visitam Portugal no Verão.

Os visitantes destes postos móveis poderão usar computadores para navegar nos sites do ICEP e das várias Regiões de Turismo, ver filmes sobre o país, recolher material promocional e pedir informações aos técnicos de turismo.

Esta acção do ICEP, que arranca hoje em Chaves, termina dois meses mais tarde em Lamego e na Murtosa, simultaneamente.

Fátima, Arcos de Valdevez, Moura, Cantanhede, Guimarães, Mondim de Basto, Pombal, Setúbal, Montalegre, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Braga, Macedo de Cavaleiros, Boticas, Bragança, Carraceda de Ansiães, Viseu, Coruche, Reguengos de Monsaraz, Viana do Castelo, Lagoa, Olhão, Barrancos e Campo Maior são as restantes cidades que serão visitadas pelos camiões.

- Fonte: Lusa

# O Partido Social-Democrata açoriano tem propostas muito concretas para promover o Desporto na região

A criação do “Programa Regional de Promoção da Actividade Física” e do “Programa de Detecção de Talentos na Escola”, a instituição da figura de “Praticante Desportivo de Mérito Regional” e a aprovação do estatuto de “Dirigente Desportivo Voluntário” são algumas das 22 propostas concretas anunciadas ontem por Victor Cruz, que serão implementadas por um próximo Governo Regional liderado pelo PSD.

No encerramento do colóquio “Desporto – Promoção e Desenvolvimento”, organizado pelo PSD na cidade da Ribeira Grande, o candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional anunciou uma “aposta forte” na formação dos recursos humanos afectos ao desporto e na requalificação dos espaços destinados à prática desportiva, para fomentar a participação dos atletas regionais em provas desportivas de âmbito nacional e acolher a realização de provas oficiais nacionais nos Açores.

O líder do PSD/Açores considerou que “as políticas da saúde e do desporto devem integrar programas destinados à promoção da actividade física da população”. Por isso, anunciou a criação do Programa Regional de Promoção da Actividade Física, que “constituirá um meio de promoção da saúde pública” e que “será concretizado em total articulação com as autarquias locais e a colaboração de instituições universitárias ligadas às Ciências do Desporto”.

Para Victor Cruz, “a actividade desportiva é um dos pilares da formação humana e deve estar integrada no sistema educativo e nos currículos escolares”. Assim, “é preciso criar um programa de detecção de talentos na escola, reformular o actual modelo dos jogos desportivos escolares e reforçar os apoios escolares”, afirmou.

Por outro lado, a criação da figura de “Praticante Desportivo de Mérito Regional”, igualmente anunciada por Victor Cruz, “possibilitará que ao abrigo desse estatuto os agentes desportivos possam beneficiar de facilidades de dispensa lectiva ou de dispensa ao trabalho”. Com esta opção, explicou, “permite-se uma reafectação do tempo a um plano de treinos qualificado”.



## Um técnico superior para cada modalidade, em cada clube ou Associação

O candidato do PSD a Presidente do Governo Regional considerou também que os agentes desportivos devem ter um acompanhamento adequado, pelo que “é preciso fazer uma aposta forte no domínio da formação de recursos humanos ligados ao desporto”. Nesta medida, Victor Cruz estabelece como grande objectivo para o quadriénio 2005/2008 que cada clube ou associação desportiva disponha, para as diferentes modalidades, de um técnico desportivo com formação superior. Além disso, prosseguiu, “procuraremos dar resposta efectiva na formação de juizes, de especialistas em medicina desportiva e na formação de dirigentes desportivos”.

A aprovação do “Estatuto do Dirigente Desportivo Voluntário”, reconhecendo o seu papel fundamental na prossecução da actividade desportiva, seja ela de recreação ou competitiva, é outra das propostas concretas a implementar por um futuro Governo Regional liderado pelo PSD. Victor Cruz

considerou que esta medida reconhecerá um conjunto de direitos àqueles agentes e facilitará o trabalho por eles desenvolvido nos clubes e organizações desportivas, ao mesmo tempo que lhes “reconhece apreço social pelo serviço prestado em favor da sociedade”.

No colóquio do PSD sobre promoção e desenvolvimento do Desporto nos Açores, Victor Cruz anunciou ainda que o seu governo vai desenvolver uma reforma dos espaços destinados à prática desportiva. “Essa reforma vai operacionalizar uma requalificação e modernização das infraestruturas existentes e promover uma oferta diversificada e ajustada às necessidades de todos os grupos da população”, explicou.

“Não deixaremos de proceder à valorização dos parques desportivos escolares”, afirmou Victor Cruz, que pretende “desenvolver uma política integrada de gestão e manutenção das infraestruturas desportivas em estreita articulação com as autarquias locais”. “É preciso definir-se um sistema que permita disponibilizar, ao nível municipal ou intermunicipal, parques desportivos capazes de acolher provas oficiais

nacionais, sobretudo naquelas modalidades com mais expressão ao nível do número de praticantes nos Açores, como sejam o basquetebol, andebol, voleibol e hóquei em patins”, acrescentou.

## Melhor desporto ao serviço de melhor turismo

O candidato a Presidente do Governo Regional defendeu igualmente a reformulação do sistema de ajudas públicas à participação em provas desportivas inter-regionais ou de âmbito nacional como “um imperativo que se impõe, orientado por uma boa gestão dos dinheiros públicos e optimização dos resultados sociais”. Na sua opinião, as ajudas financeiras “devem destinar-se primordialmente à atenuação dos efeitos da insularidade e descontinuidade territorial e à valorização dos atletas formados nos clubes regionais”.

Victor Cruz considerou ainda que o mecenato desportivo “deve ser politicamente fomentado” e, por isso, prometeu “dedicar-lhe especial atenção”. Considerou igualmente que os programas de promoção turística



Notícias dos Açores (Conclusão)

# Victor Cruz considera importante uma aposta estratégica no Desporto e investimentos públicos e privados

da Região “devem considerar as actividades desportivas como um produto específico a disponibilizar na nossa oferta turística”, pelo que um Governo Regional liderado pelo PSD “apoiará a criação de mais e melhores redes de turismo-aventura”.

Nos sectores do turismo, do recreio e do lazer, o futebol, o automobilismo de alta competição, os torneios temáticos de golfe e os desportos náuticos são modalidades desportivas que “oferecem inegáveis oportunidades aos Açores”. Nesta medida, Victor Cruz anunciou o “firme propósito” de promover a realização de torneios integrados numa rede de campos de golfe distribuídos por várias das nossas ilhas, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento e a captação de investimento externo nos Açores. “É uma atitude que nos pode projectar no espaço nacional e europeu”, pelo que “vamos definir um programa específico, com critérios previamente fixados e dotações financeiras adequadas ao impacto promocional que se pretende”.

A reforma do sistema legislativo regional relativamente ao desporto é também considerada por Victor Cruz como “um imperativo que terá consequências positivas em múltiplas frentes”. O líder do PSD/Açores defendeu uma reavaliação do modelo e objectivos que presidiram à criação do fundo regional do desporto (DLR 37/2003/A, de 4 de Novembro), porque “a concepção de um melhor modelo orgânico-funcional e de competências públicas na área do

desporto é um desafio a que quero dar resposta”, acrescentou.

## Despesa com desporto deve ser considerada investimento

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional dos Açores considerou que a prática desportiva “assume cada vez mais importância” na vida da sociedade moderna. Por isso mesmo, “uma aposta estratégica no envolvimento da sociedade exige políticas de incentivo à prática do desporto”, na medida em que “a aquisição e continuação de hábitos saudáveis de actividade física por parte dos nossos concidadãos fomenta um aumento dos índices de qualidade de vida e de saúde”.

Recordando que estudos realizados demonstram que cada euro gasto na dinamização de programas de actividade física corresponde a uma redução de 3,4 euros no valor da despesa com cuidados de saúde, Victor Cruz concluiu que a despesa realizada passa a traduzir-se num verdadeiro investimento. Assim, “as políticas da saúde e do desporto devem integrar, de forma concertada, programas destinados à promoção da actividade física da população”, como preconiza o programa eleitoral de governo a apresentar pelo PSD nas eleições legislativas regionais do próximo mês de Outubro.

Fernando Seara, presidente da Câmara Municipal de Sintra, foi o

convidado especial deste colóquio promovido pelo PSD que encheu por completo o auditório do Teatro Ribeiragrandense. O debate moderado pelo jornalista Sidónio Bettencourt contou ainda com a participação do professor terceirense

1995” e isso só se compreende porque o líder regional do PS “tem medo da capacidade de Pedro Santana Lopes”.

O presidente do PSD reafirmou que “nada justifica” a realização de eleições legislativas nacionais antecipadas, até porque “existe uma



Mário Couto, que apresentou as conclusões do grupo de trabalho de independentes que colabora com o PSD na elaboração do seu programa eleitoral de governo para a área do desporto.

## Contradições do líder socialista assinaladas por Victor Cruz

O líder do PSD/Açores afirmou na passada quinta-feira, em Ponta Delgada, que “não se percebe como é que Carlos César defende eleições legislativas antecipadas e não as pediu, nem falou de legitimidade, quando Madrugada da Costa substituiu Mota Amaral na presidência do Governo Regional durante a legislatura de 1992/96”.

Victor Cruz, que falava em conferência de imprensa realizada na sequência da sua participação nas reuniões da Comissão Política e do Conselho Nacional do PSD, considerou que o actual Presidente do Governo Regional, que já há nove anos era líder do PS, “comete assim, mais uma vez, uma incoerência incompreensível”.

Para o dirigente social-democrata, Carlos César “está agora a utilizar argumentos absolutamente contraditórios com os que utilizou em

maioria parlamentar sólida que tem toda a legitimidade para continuar a cumprir o seu programa de governo”. “Um homem não é um projecto, por muito que se personalize a vida política”, declarou Victor Cruz, para concluir que “não há insubstituíveis”.

Victor Cruz recordou que foi um dos primeiros dirigentes nacionais do PSD a manifestar apoio público à liderança de Pedro Santana Lopes e, por isso, congratulou-se com a sua eleição para presidente do partido, reunindo cerca de 98% de votos favoráveis no Conselho Nacional realizado esta semana em Lisboa.

Na opinião do presidente açoriano, Santana Lopes é “uma solução ganhadora, que inclusivamente vai ajudar a nossa luta nos Açores”. “Não defendo eleições antecipadas, mas o PSD, liderado por Santana Lopes, não tem receio absolutamente nenhum de ir a votos para ganhar”, acrescentou.

Victor Cruz salientou que o novo líder nacional do PSD “ganhou sozinho” a Câmara Municipal de Lisboa, contra um presidente recandidato pelo PS/PCP, e recordou que “o tal jornal que agora faz sondagens sobre os Açores anunciou na véspera das últimas eleições autárquicas que João Soares ganharia com 10% de vantagem”.



O Euro-2004 no Parlamento

# Homenagem da Assembleia aos Homens que elevaram o nome de Portugal na maior competição desportiva de sempre

No passado dia 8, estiveram na Assembleia da República, a convite do Presidente e de todos os partidos, os responsáveis pelo «Euro-2004», incluindo o seleccionador, Luís Filipe Scolari, recentemente agraciado com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

O Presidente da Assembleia, Mota Amaral, proferiu palavras de lembrança e elogio ao «Euro-2004», à sua organização e aos seus “heróis” – os jogadores – afirmando:

«Vivemos nas últimas semanas um tempo único, de generalizado entusiasmo colectivo, inesquecível, talvez também dificilmente susceptível de repetição.

Deitando para trás das costas as dificuldades do dia a dia, os portugueses e as portuguesas, mesmo os habitualmente mais afastados das competições desportivas, deixaram-se possuir pelos feitos da Selecção Nacional de Futebol no Campeonato Europeu da modalidade, o Euro-2004, disputado no nosso País e com grande envolvimento do Estado Português.

Este projecto foi assumido em anterior legislatura, por um governo de responsabilidade política do Partido Socialista, presidido então pelo Primeiro-Ministro António Guterres.

Nele estiveram envolvidos a Administração Central, as Autarquias Locais, os dirigentes da Federação e de muitos clubes de futebol.

A construção dos estádios e obras complementares foi feita em devido tempo e com aplauso geral.

As provas do campeonato decorreram com grande elevação desportiva e cívica, tornando devidos parabéns a todas as entidades responsáveis. Quanto ao governo destacou o Ministro José Luís Arnaut, que assumiu o encargo com grande brio.

A Assembleia da República marcou presença também no Euro 2004, manifestando-se por diversas vezes em favor desse objectivo e aprovando as necessárias dotações orçamentais, tendo em vista a sua concretização.

A acompanhar a aplicação dos dinheiros públicos envolvidos esteve, desde a VIII Legislatura, uma

Comissão Parlamentar Eventual, renovada na IX Legislatura, que sob a presidência, sucessivamente, dos Senhores Deputados Hermínio



Loureiro e Laurentino Dias e com o empenho de todos os seus membros, cumprir com acerto o seu mandato.

Na organização do Euro 2004 muitos trabalharam, passaram despercebidos e ficam incógnitos. Mas o seu labor foi fundamental. Refiro-me aos dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol, aos responsáveis da Sociedade Euro 2004, aos inúmeros voluntários, às equipas médicas e de arbitragem, às forças de Segurança das autoridades policiais portuguesas, de comprovada eficiência.

Os grandes heróis da festa são, porém, os atletas da equipa de todos nós, cujos feitos tanto fizeram para elevar a auto-estima dos portugueses.

Uns deles brilharam bem no alto, outros tiveram menos sorte, houve mesmo quem nem sequer se levantasse do banco dos suplentes. Mas sob a liderança do Comendador Luiz Filipe Scolari e dos seus colaboradores directos todos eles formaram uma equipa coesa e capaz, repartindo agora fraternalmente os êxitos e os insucessos verificados.

Em tais êxitos e insucessos todos nós, portugueses, afinal conseguimos — e tantas e tantos outros, que pela língua e pela história, à roda do mundo inteiro, mantêm fortes laços afectivos com Portugal.

Lamento não ter a oportunidade de ver nesta cerimónia a totalidade da nossa Selecção Nacional, a “equipa de todos nós”, mas compreendo

do Mundo e catapultaram alto a imagem de Portugal, como um país competente, capaz de realizar eventos desta envergadura, a prestação da “equipa de todos nós” encheu-nos de orgulho e galvanizou não só um país, mas milhões e milhões de portugueses e muitos fãs do “desporto rei” nos quatro cantos do Mundo.

Por tudo isto, aos nossos jogadores, na pessoa do Comendador Luiz Felipe Scolari, o nosso muito obrigado.

Mas o êxito desportivo e o sucesso na organização contaram e, estou convicto, só foram possíveis, graças a um 12º jogador: o Povo português. Um Povo que nunca deixou de apoiar a nossa selecção. As imagens do trajecto do autocarro da Selecção Nacional de Alcochete ao estádio da Luz ficaram gravadas para sempre na memória de todos... Um Povo que não deixou por mãos alheias a simpatia e o carinho com que recebeu os milhares de visitantes deste Euro 2004. Para todo esse

Povo a nossa estima, mas sobretudo o meu voto e apelo para que utilizem essa “força que ninguém pode parar” na defesa de outras causas, ainda mais nobres do que o futebol.

Aproveito ainda para recordar que o Euro 2004 foi uma presença com alguma assiduidade aqui na Assembleia da República, desde os debates no plenário passando pela Comissão já falada ou até por uma interessante exposição que decorreu nas nossas instalações e que foi visitada por milhares de pessoas.

Por último, e não é por isso que é menos importante, quero chamar à atenção para o trabalho, empenhado e tantas vezes anónimo, dos cerca de 5 mil voluntários/as que estiveram sempre presentes em todos os palcos do Euro 2004. Temos aqui uma jovem que os representa. Eles que tantas vezes terão sido o único contacto de colaboradores do evento com os adeptos. A avaliar pelo que vi e ouvi, a sua função foi, também ela, exemplarmente levada a cabo.

Termino reafirmando os meus agradecimentos pela presença de todos. E os meus parabéns a quem são devidos, a Portugal inteiro certamente, por esta inesquecível festa do Euro 2004.

— Fonte: Gab.Press AR/PSD.  
Fotos: Lusa e Luís Saraiva



Notícias de Sintra

## «Mais Sintra nas tuas férias»

Arrancou o programa de “Campos” para os jovens em pausa escolar



As primeiras 930 crianças e jovens, entre os cinco e os dezassete anos, inscritas no Programa “Mais Sintra nas Tuas Férias” começaram, no dia 5 deste mês, a ocupar a pausa escolar deste Verão, distribuídas por 19 Campos de Férias organizados pela autarquia.

Os programas oferecidos pelos campos de férias são variados, dando a escolher um vasto leque de opções tais como rappel, escalada, BTT, ténis, surf, passeios pedestres, actividades lúdicas, dança, jogos, descoberta do património museológico e paisagístico de Sintra, astronomia e aeromodelismo e ateliers de audiovisuais, entre muitas outras coisas.

Além de facilitar a vida aos encarregados de educação em tempo de férias escolares, as actividades oferecidas nestes campos pretendem estimular tanto a autonomia como o sentido de grupo e de responsabilidade, bem como fornecer noções de participação e cidadania, através da troca de conhecimentos e do relacionamento entre os jovens.

O programa de ocupação dos tempos livres “Mais Sintra nas Tuas Férias” é organizado pela Câmara Municipal de Sintra, com o apoio do Instituto Português da Juventude, e em parceria com associações juvenis, desportivas e de pais, juntas de freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, núcleos de alojamento, escolas, etc..

Procurando oferecer uma alternativa de ocupação e formação durante as pausas das actividades escolares, a Câmara Municipal de Sintra promove o programa “Mais Sintra nas Tuas Férias”, que resulta da articulação do Gabinete da Juventude com Associações Juvenis, Associações de Pais, Escolas, Observatórios Sociais, Instituições de Solidariedade Social, Juntas de Freguesia, ATL’s e Grupos Desportivos.

Revelando uma extraordinária vitalidade e capacidade de resposta ao desafio colocado, as várias instituições dão corpo a campos de férias onde um número crescente de jovens vê os seus tempos livres ocupados de forma construtiva com visitas diversas, ateliers de expressão plástica, jogos ao ar livre, torneios desportivos, passeios, canoagem, mergulho e tantas outras.

Sintra quer fazer, pelos jovens, mais e melhor e ajudar a que outros o façam também.

### Esculturas para tocar

“Esculturas para Tocar” é o nome de uma exposição de escultura direccionada, essencialmente, para pessoas cegas e que vai estar patente ao público até 31 de Agosto, no jardim do Pavilhão Japonês, no Parque da Liberdade.

A Câmara de Sintra, com o apoio da Associação dos Cegos e Amblíopes

de Portugal (ACAPO), convidou dois escultores sintrenses – Rogério Timóteo e Carlos Ramos –, a quem foi lançado um desafio: moldar a pedra e o metal para que outras mãos vivam e sintam a arte e os sentimentos dos artistas.

A segunda edição da exposição “Esculturas para Tocar” vai possibilitar aos deficientes visuais

proporciona o direito de fruir um momento cultural a quem é apenas diferente.

### Exposição «Serra da Lua» com nove escultores belgas

O Parque da Liberdade, em Sintra, está a ser o palco privilegiado para uma exposição de escultura – “Serra da Lua” – que abriu a 3 de Julho e encerra a 31 de Agosto, com a participação de nove escultores belgas.

A exposição é uma primeira amostra de um intercâmbio cultural entre belgas e portugueses, com apoio da Comuna Valónia-Bruxelas e do Comissariado do Museu de Ar Livre do Sart Tilman, em Liège.

Nela participam os escultores Gérald Dederen, Emmanuel Dundie, Daniel Dutrieux, Pablo Garcia Rubio, Nic Joosen, Françoise Schein, Clémance Van Lunen, Mark Verstockt e Bernard Villers.

A escolha do título “Serra da Lua” explica-se pela importância da história de Sintra, pela aridez da lua, em contraste com a exuberância da vegetação. A Serra de Sintra é uma “caçadora de nuvens”, o que propicia essa exuberância.

Característica dominante dos nove escultores belgas é a vontade de



conhecer as obras dos artistas, viajando através de oito esculturas perceptíveis ao tacto.

Esta iniciativa pretende, acima de tudo, contribuir para que os cidadãos sejam tratados de forma igual em situações iguais. A exposição

integração e adequação das suas obras no espaço da natureza, instalando-se o diálogo entre as obras e a vegetação do Parque da Liberdade.

Esta mostra está patente no Palácio Valenças, em Sintra. - Fonte e fotos: Gab. Press Sintra

# Pedro Santana Lopes indigitado pelo PR para Primeiro Ministro de Portugal

## Cronologia e declarações dos últimos dias

No dia 2 de Junho, já como Presidente do PSD, Pedro Santana Lopes esteve presente no jantar do Grupo Parlamentar do PSD, onde proferiu as seguintes palavras: «O essencial do que tenho para dizer hoje é, em primeiro lugar, e em nome do Partido, uma palavra de agradecimento ao vosso trabalho. Não são palavras de circunstância. O vosso trabalho é muito difícil. Fui deputado vários anos, com honra minha e sei como é difícil. Os senhores deputados da maioria, apoiaram um Governo em funções e eu sei quão difícil é apoiar e sustentar medidas tão difíceis como as que tiveram de tomar.

«De fora, tenho podido acompanhar esse trabalho, esse combate, e devo dizer que me honro, como presidente do PPD/PSD, da forma como os deputados têm sabido defender o nosso programa, as nossas causas e o têm feito com força e convicção e por isso uma primeira saudação ao presidente do Grupo Parlamentar, que tem sido o símbolo cimeiro dessa ousadia, dessa capacidade de ir à luta, dessa maneira de ser que é timbre do nosso Partido.

«A segunda palavra que quero dirigir, relaciona-se com a actual situação política. Venho de uma reunião, em que estive com uma delegação formada por companheiros nossos da direcção do Partido, com o Senhor Presidente da República,



como é público e notório.

«Quero dizer que a posição do nosso Partido vai continuar a ser aquela que temos assumido ao longo das últimas semanas.

«Numa situação que não é fácil para o País – antes é difícil – e em que, também, compreensivelmente, sentimos a dificuldade de termos sobre nós especiais

responsabilidades, aquelas que o Povo Português nos entregou.

«Queremos continuar na atitude de demonstrar, sem margem para dúvidas, que queremos sempre, sempre, ser parte e factor da solução e não parte e factor do problema.

«Queremos, com nossa atitude demonstrar, perante o Povo Português, que estamos a contribuir para que o Senhor Presidente da República possa tomar a decisão que melhor servirá os interesses de Portugal.

«Só nos atrevemos a dizer em público o seguinte: que tendo cumprido esta primeira parte da legislatura, sentimo-nos como Partido que, com tanto sentido patriótico levou a cabo essas medidas difíceis e certamente impopulares, sentimo-nos no direito de pedir que nos seja reconhecido que devemos cumprir o resto desta legislatura e ser, então, julgados pelo Povo Português»

### O Conselho de Estado e a decisão de Jorge Sampaio

No dia 9, sexta-feira e o Presidente da República, tendo ouvido os partidos e convocado o Conselho

de Estado, reuniu-se com esse órgão, em Belém.

A reunião durou quatro horas e no fim, foi emitido um comunicado em que apenas se dizia que o Presidente tinha ouvido os conselheiros sobre a solução para a saída do Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso e mais tarde faria um comunicado ao País, anunciando a sua decisão final.

Na sua comunicação, Jorge Sampaio afirmou que uma eventual dissolução do Parlamento após a demissão do Primeiro-Ministro, abriria caminho à transformação das eleições legislativas num plebiscito para Chefe de Governo, o que não é da letra da Constituição.

«Não há razões de oportunidade, por mais compreensivas que sejam, que possam abrir caminho e criar um precedente para futuros desvios plebiscitários» acentuou, ao anunciar o convite ao líder do PSD para formar governo, em detrimento da convocação de eleições antecipadas.

Sampaio justificou a decisão com a necessidade de «assegurar a continuidade do regime constitucional» que é norteado pela democracia representativa, onde os





da Assembleia da República teria de ser considerada a solução que mais se afastaria da estabilidade política”, frisou.

O Presidente venceu que a legitimidade do PSD e do CDS/PP para formar governo “adveio, num primeiro momento, do voto popular e da representação parlamentar obtida, que, logo a seguir, deu lugar à formação de uma nova coligação maioritária na Assembleia da República, que garantiu a aprovação do Programa do Governo”.

E terminou com o anúncio de que convidaria o partido mais votado, o PSD, a formar Governo.

### Reacção do PSD

Na sede Nacional do PSD, Pedro Santana Lopes fez o seguinte comentário:

«Quero expressar, em nome do PPD/PSD, o meu respeito pela difícil decisão que o Senhor Presidente da República teve de tomar.

eleitores escolhem deputados e não candidatos a Primeiro-Ministro.

«Nesse regime - que não fiquem dúvidas - a nossa opção é pela democracia representativa, de que não sou o notário, mas sim o garante», salientou.

O Chefe de Estado lembrou, aliás, que o cenário que lhe foi apresentado com a partida de Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia não é igual ao da demissão de António Guterres após as autárquicas de Dezembro de 2001. Na altura, houve consenso quanto à necessidade de eleições antecipadas – apesar de mais de uma vez o Presidente ter pedido ao partido maioritário de então, que apresentasse uma proposta de formação de Governo, ao que o PS respondeu negativamente – enquanto

agora há uma maioria legitimada nas urnas, que entende poder continuar a assegurar a governação do País.

Jorge Sampaio reiterou o entendimento de que a estabilidade política significa “em primeiro lugar, que os cidadãos, quando são chamados a eleger os seus representantes na Assembleia da República, têm, por essa via, a possibilidade de escolher, indirectamente, um Governo, para os quatro anos seguintes”.

Em segundo lugar, o Presidente defendeu que ao longo dos quatro anos de mandato, “o Governo, com respeito das regras constitucionais, deve ter a possibilidade de realizar, livre e responsabilmente, o programa sufragado nas eleições”.



“Se estas condições estiverem garantidas, entende o Presidente da República que o mandato do Governo não deve ser interrompido antes do fim da legislatura, pese embora o resultado de outras eleições entretanto verificadas”. O Presidente da República referiu também, que “desde que o Governo saído das eleições parlamentares continue a dispor de consistência, vontade e legitimidade políticas, a demissão ou impedimento permanente do primeiro-ministro não é motivo bastante para, por si só, impor a necessidade de eleições antecipadas”.

O Chefe de Estado lembrou que os partidos da coligação PSD-CDS lhe garantiram “dar continuidade e cumprir o Programa de Governo” e “assegurar, até ao final da legislatura, o mesmo apoio que deu ao governo cessante”.

“Nestas condições, a dissolução

«Quero também dizer que expressaria igual respeito, se a decisão tivesse sido outra. Poderia discordar, mas o respeito seria idêntico. Permitam-me sublinhar que este respeito de hoje, corresponde à atitude que temos tido ao longo de todo este processo e que o tom que uso e o conteúdo das palavras que estou a proferir não decorre do facto do Senhor Presidente da República ter decidido pela estabilização inerente à continuidade governativa, no quadro da maioria parlamentar a que o voto dos portugueses deu origem nas eleições de 2002.

«Quero nesta ocasião dizer às portuguesas e aos portugueses que irei assumir as minhas responsabilidades, iremos assumir as nossas responsabilidades, como partido e no âmbito da coligação que temos integrado.





«Quero também, neste momento – porque ouvi as palavras do líder socialista – dirigir uma saudação democrática ao Dr. Ferro Rodrigues, afirmo que não comentarei a sua decisão, mas que faço votos – e o PPD/PSD, como maior partido português faz votos – para que o maior partido da Oposição resolva rapidamente a situação criada pelo Dr. Ferro Rodrigues.

«Estou certo de que, com

maturidade, elevação, elegância e respeito, saberemos caminhar no sentido de um Portugal que resolva os problemas dos que sentem a sua vida ainda muito difícil, a sua vida e a das suas famílias.

«É nesse sentido que irei trabalhar agora, como Senhor Presidente da República, que iremos ter um Conselho Nacional no próximo Domingo, que desse Conselho Nacional sairá a proposta que irei apresentar logo de seguida ao palácio

de Belém, ao Dr. Jorge Sampaio. Muito Obrigado.»

### O Conselho Nacional de Domingo e a indignação de Pedro Santana Lopes para Primeiro-Ministro

**No Domingo, dia 11, reuniu-se novamente o órgão máximo do PSD, entre Congressos, o Conselho Nacional, que foi**

**oficialmente informado da decisão do Presidente da República, tendo resolvido, por 105 votos a favor e duas abstenções, designar como candidato do PSD a Primeiro-Ministro, o Presidente do Partido, Pedro Santana Lopes** [Leia Comunicado na última página].

Pedro Santana Lopes anunciou imediatamente que na segunda-feira (o dia seguinte ao Conselho Nacional) pediria uma audiência ao Presidente da República, para lhe comunicar esta decisão.

Na tarde de segunda-feira, Pedro Santana Lopes, reuniu-se com o Presidente da República. Na audiência com o chefe de Estado, Santana Lopes foi acompanhado por uma delegação do PSD, constituída pelo presidente da Mesa do Congresso, Dias Loureiro, os Vice-Presidentes do partido, Nuno Morais Sarmento e José Matos Correia, e pelo secretário-geral, Miguel Relvas.

À saída do palácio de Belém, o Presidente do PSD, afirmou com brevidade que «Sei que a Presidência da República acabou de distribuir um comunicado, no qual sou indigitado Primeiro-Ministro.

«Irei agora proceder às diligências necessárias para a formação do novo Governo e a esse propósito, quero aproveitar para esclarecer – de novo e para confirmar – que só agora começarei as conversas; e que nenhuma antes houve, com essa finalidade».

- Fonte: Lusa, Audio-Visuais PSD. Fotos: Lusa e Luís Saraiva





Distrital de Lisboa

## António Preto reeleito Presidente da Comissão Política



António Preto foi reeleito presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, com 2616 votos a favor e 932 contra.

Os resultados das eleições internas para a liderança da distrital do PSD/Lisboa reconduziram António Preto para um segundo mandato de dois anos.

Carlos Carreiras, presidente da concelhia do PSD de Cascais e também concorrente a estas eleições, obteve 932 votos.

“Agora, o nosso papel consiste em empenharmo-nos nos combates políticos que se seguem, e nos actos eleitorais que temos pela frente”, disse à Imprensa o recém-eleito líder da distrital lisboeta.

António Preto assegurou ainda

que a distrital que lidera irá continuar a linha de rumo que tem sido seguida.

No mandato que agora inicia, António Preto terá como vice-presidentes a vereadora da câmara de Lisboa Helena Lopes da Costa e o social-democrata Marco Almeida.

Henrique Chaves será presidente do Conselho de Jurisdição, Henrique Freitas vai presidir à Mesa da Assembleia Distrital e Amaral Lopes assegura a vice-presidência desse mesmo órgão.

O gabinete de estudos será liderado pelo ex-ministro da Ciência e do Ensino Superior, Pedro Lynce.

As eleições para distrital de Lisboa decorreram durante a noite de sexta-feira passada, tendo os resultados sido conhecidos na

madrugada de sábado, altura em que Carlos Carreiras telefonou ao recém-eleito líder da distrital lisboeta a felicitá-lo pela vitória.

As eleições para a liderança da distrital do PSD de Lisboa foram antecipadas, na sequência de um apelo feito pelo secretário-geral do partido, Miguel Relvas, que pediu a todas as estruturas social-democratas, para que resolvessem as questões internas durante o mês de Julho.

O objectivo deste apelo, segundo Miguel Relvas, é ‘arrumar a casa’ para, depois, o PSD ‘arrancar’ com a preparação das eleições autárquicas de 2005.

– Fonte: Lusa

Notícias do Porto

## Gabinete do Município servirá «mais e melhor» todos os cidadãos

Já começou a funcionar, no Palácio dos Correios, o Gabinete do Município, uma nova unidade orgânica da CMP destinada a facilitar a relação entre os cidadãos e a autarquia, encurtando os trâmites burocráticos e possibilitando, assim, um melhor acesso à informação. Esta nova estrutura, resultante da implementação, em Maio de 2003, da Macroestrutura, visa, em síntese, centralizar todo o relacionamento do município com os serviços municipais, assegurando um atendimento de qualidade, rápido e eficaz. «Um dia muito importante tanto para a autarquia como para a cidade do Porto em geral», afirmou Rui Rio, durante a conferência de imprensa destinada a anunciar formalmente a abertura do Gabinete.

O autarca enfatizou, de resto, a relevância deste novo equipamento, contextualizando a sua criação num dos principais desígnios do seu mandato, ou seja, na preocupação de servir mais e melhor os municípios, sem os quais as Câmaras Municipais não teriam razão de existir.

«Não direi que haja condições para fazer tudo completamente bem - o que em Portugal é impossível sem que ocorra uma profunda reforma na Administração Pública - mas vamos fazer muito melhor, no que à CMP diz

respeito», reiterou, aproveitando para recordar o que, à luz da nova Macroestrutura, já foi conseguido: criação da Divisão de Gestão de Activos, redução de mais de 30 quadros de chefia e a reforma dos serviços jurídicos e contencioso.

«O Gabinete do Município nasce, assim, para nos facilitar, a todos, o dia-a-dia. Estou seguro de que a sua intervenção junto dos restantes serviços municipais irá constituir uma mola decisiva para melhor servirmos os

cidadãos», explicou.

Além de assegurar um atendimento com qualidade, o Gabinete está igualmente preparado para receber e gerir reclamações e pretensões dos utentes, prestar informações rigorosas sobre o andamento dos processos e diligenciar, junto dos restantes serviços, os respectivos despachos, na lógica atrás enunciada pelo Presidente da CMP.

### Os serviços disponíveis no Gabinete

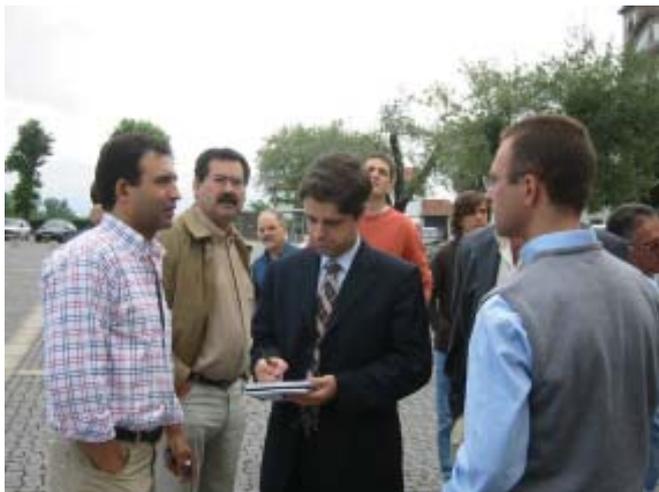
Neste novo espaço, com uma área de 1400 m<sup>2</sup>, é possível encontrar um atendimento simpático e profissional assegurado por 42 funcionários, 34 atendedores e oito dos Serviços de Apoio ao Atendimento. Aí, o município terá à sua disposição informações e instruções sobre as questões que pretender tratar, no âmbito de uma vasta panóplia de serviços: atendimento geral, plantas topográficas, urbanismo, execuções fiscais, tesouraria, SMAS e atendimento técnico mediante marcação prévia.

Existe ainda um Espaço Internet, cujo acesso é gratuito através de 28 computadores, oito dos quais especificamente equipados para deficientes visuais, e um gabinete reservado ao Provedor do Cidadão com Deficiência, que funciona às terças-feiras, das 14h30 às 17h30, e às quartas, das 10h30 às 12h30.

O Gabinete do Município funciona nas Segundas, Terças, Quintas e Sextas, das 9 às 17 horas; às Quartas, das 9 às 20, e está localizado na Praça Humberto Delgado, 266, com o telefone 22 209 71 35, o fax: 22 209 70 01 e o e-mail [gabinete.municipio@cm-porto.pt](mailto:gabinete.municipio@cm-porto.pt).



# Responsáveis da CPS e da JSD do PSD prosseguem o ciclo de visitas a diversas freguesias do Concelho



Os responsáveis concelhios do PSD e da JSD de Braga e representantes do Partido nos órgãos municipais, prosseguiram no passado Sábado o Ciclo de Visitas às Freguesias do Concelho, que o «Povo Livre» tem acompanhado, fazendo desta vez a deslocação à Freguesia de Merelim (S. Paio).

Estas duas Freguesias de cariz suburbano patenteiam características muito distintas, por força da diversa capacidade de iniciativa e postura das Juntas de Freguesia em questão.

No primeiro caso, o líder dos representantes do PSD na Assembleia de Freguesia, Domingos Silva, deu conta de um espírito de total abertura e colaboração entre as várias forças políticas e as forças vivas da Freguesia, em prol da prossecução dos projectos que interessam à generalidade dos cidadãos.

Imbuídos de tal espírito de defesa dos verdadeiros anseios da população, os responsáveis autárquicos da Freguesia vêm conseguindo êxitos assinaláveis no plano cultural, desportivo (mediante Protocolo com o Dumense) e social.

A este nível, os responsáveis do PSD de Braga manifestaram o seu apoio ao projecto de criação do Centro Comunitário de Dume, onde se reunirão diversas valências sociais (Lar para Idosos, Creche/Infantário e ATL), assim o mesmo venha a ver aprovada a sua candidatura ao financiamento público.

No plano cultural, realce para a aposta na preservação do património, numa zona particularmente rica em vestígios arqueológicos e monumentais,

mediante a criação de centros de interpretação e circuitos museológicos. Ainda por concretizar está a transferência do Túmulo de S. Martinho de Dume, do Museu D. Diogo de Sousa para a Freguesia, de acordo com projecto já validado pelas entidades da tutela.

No plano dos aspectos mais negativos, refira-se a necessidade de dotar de valências públicas o Bairro de S. Martinho, um dos espaços mais populosos da Freguesia, algo isolado ao longo do tempo, e as dificuldades com que se deparam os cidadãos (principalmente idosos e crianças a caminho da Escola) na travessia de uma das Circulares do Concelho – uma estrada com quatro faixas sem passagem para peões de qualquer natureza – no Lugar da Granja/Cabanas (na Confeiteira).

Em todo o caso, a Junta de Freguesia de Dume apresenta uma estrutura profissionalizada, que conta com o apoio de todos os membros da Assembleia de Freguesia.

## Na freguesia de Merelim

Bem pelo contrário, a Junta de Merelim (S. Paio) acumula lacunas infraestruturais, penalizada pelo abandono a que foi votada pela Câmara Municipal de Braga, embora a Junta de Freguesia seja de maioria PS, mas que tem revelado uma inércia e ineficácia patentes a quem os visita.

Assim acontece no plano da acessibilidade, com uma estranha definição de prioridades nos melhoramentos introduzidos, que deixa sem quaisquer condições de acesso

peões e viaturas nas zonas mais populosas. A ilustrá-lo, atente-se aos acessos à Escola EB 2,3 do Cávado, para onde se dirigem as crianças da Freguesia em péssimas condições, mormente nas zonas das Cardosas e sua envolvente.

Se é público que a Freguesia tem também uma rede de Saneamento em todo o seu território, a verdade é que proliferam pontos negros em que o escoamento de resíduos é feito a céu aberto, com os evidentes danos ambientais e para a saúde pública: junto ao Campo de Futebol, dos Loteamentos das Cardosas e Monte da Forca, na Estrada do Outeiro, da Urbanização Gaindo, e no Lugar da Bouça.

No plano associativo, a Junta “liquidou” o Movimento Juventude de Merelim, que vinha desenvolvendo actividades meritórias nos domínios recreativo e desportivo, e presta apoio insuficiente à Associação de Apoio aos Idosos.

Caminhos Vicinais Pregal-Outeiro, Campo-Este S. Pedro, Igreja, Cernadas, Pomarelho-Bouça do Carro, Rola S. Sebastião-Pomarelho; a instalação do coletor de saneamento que permitiu escoar os resíduos para fora da Freguesia. O Saneamento cobre cerca de 60 a 70% da área da Freguesia: a requalificação da Sede da Junta, dotando-a de condições de trabalho que um edifício com 17 anos já não possuía, face à total falta de manutenção, com a evidência de infiltrações e sinais de degradação acelerada do edifício; a conclusão da Escola Pré-Primária; o alargamento do Cemitério, que se encontrava superlotado.

No Salão Nobre da Junta, também a precisar de reparações, actuam e ensaiam o Grupo de Teatro da Freguesia, o Rancho Folclórico e o Grupo Origen de Este S. Mamede.

A Freguesia tem também



## Na freguesias de Este-S. Mamede

Em Este-S. Mamede, as últimas eleições autárquicas possibilitaram a substituição de um incapaz Executivo de Junta, de maioria socialista, cujo legado mais marcante se cifra numa dívida de quase € 350.000 não reconhecida nas Contas.

De então para cá, a lista independente, que conjuga maioritariamente representantes do tem vindo a desenvolver um assinalável trabalho, pautado pela forte aposta no investimento infra-estrutural.

Ao longo dos últimos dois anos, foram assim realizadas obras de melhoria (pavimentação e alargamento) dos

evidenciado um forte crescimento, com um elevado número de crianças inscritas na Escola (75) e na Pré-Escola (40), que agrava as carências que ainda apresenta ao nível de várias infra-estruturas, para o que serão necessários os correspondentes apoios (sempre relutantes e insuficientes) da Autarquia socialista.

Afinal, algumas das obras enunciadas resultaram de verbas obtidas com a rescisão de um contrato de aluguer de um baldio à Portucel, por iniciativa da actual Junta, mas não se perspectivam outras fontes duradouras de financiamento.

Este Ciclo de visitas a Freguesias prosseguirá ao longo das próximas semanas. – Fonte e fotos: C. P. S. de Braga do PSD



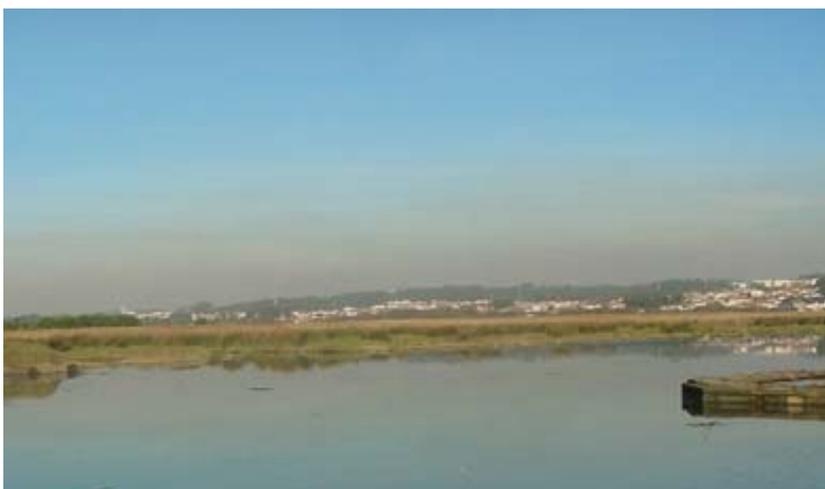
Notícias de Ovar

## Em Esmoriz, começaram as obras da abertura controlada da Barrinha. Devolvendo ao Turismo aquela zona

Na passada segunda-feira foram iniciadas, em Esmoriz, as obras de Gestão Controlada da abertura da Barrinha ao mar, que tem por finalidade proteger aquela praia das frequentes descargas poluentes da lagoa no oceano, durante a época de veraneio, obra que era há muito desejada pela população local e pela qual o PSD se bateu incansavelmente.

A obra é da responsabilidade do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, no âmbito de um plano de acção elaborado pela Estrutura de Coordenação e Controlo (ECC) das intervenções na Barrinha, e é considerada prioritária no conjunto das medidas correctivas definidas para aquele sítio e para os próximos dois anos.

A gestão controlada da abertura da Barrinha envolverá a construção de uma complexa obra de engenharia, de carácter experimental e inovador, que permitirá reduzir o efeito das cheias nas zonas envolventes à lagoa nas alturas de maior caudal e minimizar os riscos de saúde pública, sobretudo nos períodos de estiagem, através de um controlo artificial dos caudais. A execução deste Projecto de Engenharia Costeira – que começará a ser visível no terreno já na próxima semana – implica a criação de uma duna artificial e de um dique fusível que funcionará como descarregador no caso da ocorrência de caudais excepcionais no verão, no sentido de impedir as descargas de efluentes no mar durante o período balnear. No ano passado,



ocorrências deste tipo originaram a perda da bandeira azul da praia de Esmoriz.

O Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Presidente da Estrutura de Coordenação e Controlo, Álvaro Santos, defende o pioneirismo desta solução, que “pode minimizar os impactos da poluição na Barrinha até à conclusão de outras acções em curso, nomeadamente o projecto de saneamento da SIMRIA, que desviará da Barrinha os efluentes dos concelhos de Santa Maria da Feira, Espinho e Ovar”. A inovação do projecto reside igualmente nos materiais utilizados – materiais naturais, como solipas de caminhos-de-ferro e outras madeiras – que anulam o efeito estético da obra e reduzem significativamente os custos do projecto.

A Gestão Controlada da abertura da Barrinha ao mar é a mais importante das acções de curto prazo previstas para aquele ecossistema, estritamente localizadas na embocadura da lagoa e consideradas como uma primeira fase de intervenção. O rápido avanço do processo – explicado à população local em sessão pública há cerca de um mês – contou com o forte empenho e o compromisso do actual governo, e em particular do ministro Marques Mendes, que tem tido um papel fundamental para a resolução da grave situação da Barrinha.

A riqueza da fauna e a especificidade da flora fazem da Barrinha de Esmoriz um ecossistema lagunar de características únicas, cuja preservação é considerada da mais alta importância pelos peritos ambientais. A sobreviver em estado crítico há mais de três décadas, a lagoa viu finalmente

reconhecido o seu problema quando a Resolução de Conselho de Ministros nº 176/2003, de 10 de Novembro, declarou a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos “área crítica de recuperação ambiental que carece de intervenções urgentes” e determinou o “interesse público das intervenções destinadas a eliminar a poluição”.

Depois deste importante «sinal verde» do governo, que marcou o início do processo, estima-se que até 2006 estejam concluídos todos os seis domínios de intervenção de curto prazo, que incluem –

para além da gestão controlada – a requalificação das margens ribeirinhas, um conjunto de acções de fiscalização, monitorização e vigilância, a realização de estudos e planos sobre a Barrinha, a demonstração de boas práticas ambientais e ainda a sensibilização da população local para questões de ambiente. Também para o final de 2006, prevê-se a finalização do Projecto de Saneamento Integrado no Sistema Multimunicipal da Ria de Aveiro, que interceptará os principais agentes poluidores da Barrinha e cuja conclusão é essencial para que se possa pensar em acções de despoluição mais profundas e de carácter definitivo em todo o leito da lagoa. Esta obra atinge um montante global de investimento de 23 milhões de euros, co-financiados pelo Fundo de Coesão em 60%

- Fonte e fotos: CPS do PSD

## Empossados os órgãos distritais dos TSD/Braga

No passado dia 5, o Secretário-Geral dos TSD, Arménio Santos, deu posse aos novos órgãos distritais dos Trabalhadores Social-Democratas liderados pelo enfermeiro Serafim Figueiral Rebelo, tendo o acto de posse contado com a presença do Vice-Presidente da Distrital do Partido Social Democrata, Virgílio Costa.

Para o mandato 2004-2007, que agora se inicia, o Presidente do Secretariado Distrital, na sua intervenção, anunciou como prioridade a reactivação das Secções Laborais, preocupações especiais na área do desemprego e respectivo impacto social, bem como a qualidade de emprego, numa postura activa e dinâmica na defesa dos trabalhadores por conta de outrem.

Depois do Vice-Presidente Distrital do Partido Social Democrata ter realçado a proximidade e articulação que as Distritais respectivas têm mantido, Arménio Santos transmitiu à nova equipa, agora empossada, a confiança e motivação necessária para o desempenho do difícil papel dos TSD que, sem ser contra poder, se tem que assumir como motor para as necessárias mudanças de atitude social das políticas governativas exigindo fidelidade à matriz social democrata por parte do PSD.

Referiu, ainda, a importância das Secções Laborais e Núcleos de Empresa dos TSD por forma a que, entre os trabalhadores e as estruturas que defendem os seus interesses, aumente a proximidade e sensibilidade aos seus problemas e causas. – Gab. TSD Braga



## CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede do PSD, para reunir no dia 3 de Setembro de 2004, às 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia.

Notas: As listas deverão ser entregues, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem o representa, entre as 21h00 e as 22h00, do dia 31 de Agosto de 2004.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00 no dia 3 de Setembro de 2004.

## CHAMUSCA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Locais, convocam-se todos os militantes da concelhia da Chamusca do PSD para as eleições, a realizar no próximo dia 4 de Setembro de 2004, sábado, entre as 18h00 e as 23h00, na sede concelhia da Chamusca, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Órgãos Concelhios

- Mesa da Assembleia;
- Comissão Política.

Nota: Para efeitos de recepção de candidaturas a sede concelhia encontra-se aberta sexta-feira, dia 3 de Setembro de 2004 das 21h00 às 24h00.

## CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da secção de Condeixa do PSD, para uma assembleia de Secção Eleitoral a realizar no dia 10 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Dr. João Antunes, em Condeixa, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

## GUARDA (DISTRITAL)

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para o próximo dia 5 de Setembro de 2004 (domingo), as eleições para os Órgãos Distritais da Guarda, que deverão decorrer em todas as Assembleias de voto, desde as 16h00 até às 19h00.

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;

- Conselho de Jurisdição Distrital;

- Comissão Permanente Distrital;

- Delegados de cada Secção à Assembleia Distrital do PSD.

Nota: As listas deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, para o efeito a sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00 do dia 2 de Setembro de 2004.

## LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário Concelhio do PSD de Lousada, para reunir no próximo dia 25 de Setembro, sábado, pelas 15h00, na sede concelhia, sita à Travessa de S. Sebastião, Vila de Lousada, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia para o mandato 2004/2006.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 19h00.

## NÚCLEO DE CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo, para reunir no dia 19 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na sede do Núcleo, estrada da Outurela, lote H, piso E, n.º23, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e votação do Relatório e Contas da Comissão Política cessante;

2. Eleição para a Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas deverão ser apresentadas até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

## SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra do PSD, para reunir no dia 16 de Setembro de 2004, pelas 18h00 na sede da Secção, no Largo Dr. António José da Almeida, n.º5/6 com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Apresentação das listas concorrentes à Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção.

2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

As urnas estarão abertas entre as 19h00 e as 23h00.

## VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valença, para reunir no dia 23 de Julho de 2004, pelas 21h30, na sede Concelhia do PSD, sita no Edifício Status, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política concelhia

2. Análise da situação política nacional.



## NÚCLEO de MOREIRA/ VILA NOVA da TELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Moreira/Vila Nova da Telha, para uma Assembleia de Núcleo, a realizar no próximo dia 13 de Julho de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita à Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987 – Vermoim – Maia, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- Balanço do trabalho efectuado no 1.º semestre;
- Discussão das actividades a realizar no 2.º semestre;
- Apreciação do Relatório de Contas;
- Análise da Situação Política;
- Outros assuntos.

## VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Valpaços, para o próximo dia 15 de Agosto de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia de Valpaços, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30

## NÚCLEO de ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo da JSD/ Ermesinde, para reunir no próximo dia 01 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, em Ermesinde, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo;

Nota: As listas deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/Ermesinde.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 23h00.

## ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Alcobaca, a reunir no próximo dia 13 de Agosto de 2004, pelas 21h00, na Sede da JSD de Alcobaca, sita na Av.ª Engenheiro Vieira Natividade, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção;

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia. As urnas estarão abertas das 21h00 às 22h00.

## CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital ordinário da JSD/Porto para reunir no dia 21 de Julho, no auditório do Museu Municipal de Santo Tirso, pelas 21.30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações
- Análise da Situação Política- Políticas de Juventude

## II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos convoca-se o II Conselho Nacional Ordinário de 2004, para reunir no dia 23 de Julho, no Auditório da Sede Nacional do PSD sita na Rua de S. Caetano à Lapa n.º 9, pelas 21H00, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos:

- Informações
- Análise da Situação Política

# Conselho de Jurisdição Nacional da JSD

## Processo n.º 25/2003

No dia 29 de Dezembro de 2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da J.S.D. recebeu um pedido de recurso, apresentado pelo companheiro Frederico Moreira Rodrigues, militante n.º 64731, tendo por objecto a anulação da decisão do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da J.S.D., que lhe aplicou a sanção disciplinar de suspensão do direito de eleger e ser eleito para quaisquer órgãos da J.S.D. pelo prazo de dois anos.

Reunido em Lisboa, no dia 17 de Janeiro de 2004, o C.J.N. deliberou, ao abrigo do disposto no art. 3º, n.º 1, alínea d), do seu Regulamento Interno, tomar conhecimento do pedido de recurso e ao abrigo do art. 38º, n.º 1, do Regulamento de Disciplina dos Militantes (R.D.M.) nomear como relator o seu membro Bernardo de Freitas Azevedo, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada no Porto, em 14 de Fevereiro de 2004, onde estiveram presentes os seguintes membros: Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Sara Santos Silva, Altino Freitas, Bernardo de Freitas Azevedo e Paulo Cutileiro.

ACÓRDÃO 04/2004

## I – DOS MOTIVOS DO RECURSO

### Em síntese, o recorrente alega o seguinte:

O Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa não tem competência para instaurar e julgar o procedimento disciplinar uma vez que, de acordo com os princípios gerais de direito a parte queixosa não pode ser ao mesmo tempo instrutora e julgadora do mesmo processo;

Falta de imparcialidade do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa (C.J.D.L.) e do seu Presidente Alberto Martins da Luz porquanto na nota de culpa o C.J.D.L. e o seu Presidente apresentaram-se como parte queixosa, para deixarem de o ser no relatório final, alegando que só actuaram após a apresentação da denúncia dos factos em questão;

Violação de procedimentos regulamentares no processo disciplinar, nomeadamente o artigo 21º n.º 1 do Regulamento de Disciplina dos Militantes (R.D.M.) uma vez que não existiu qualquer referência ao conteúdo da proposta de Nota de Culpa aprovada e ao seu instrutor, bem como não existiu qualquer referência à tomada de deliberação do C.J.D.L., ao resultado da respectiva votação, à data da deliberação, aos membros do C.J.D.L. que aprovaram e à deliberação da escolha do instrutor, violando desta forma o disposto no artigo 21º n.º 2 do R.D.M.;

O Recorrente alega que requereu na sua contestação a consulta do processo nos termos do artigo 25º do R.D.M., pedido que não foi atendido, presumindo-se desta forma que os membros do C.J.D.L. agiram de má fé, tentando fazer com que a culpa morresse solteira;

O recorrente alega que o C.J.D.L. e o seu Presidente não ouviram as suas testemunhas, vedando-lhe assim a oportunidade de provar a verdade das suas afirmações e conseguir assim a sua absolvição e consequentemente a sua não punição;

Acrescenta ainda o recorrente, que o C.J.D.L. reuniu sem quórum e sem relator, o que faz com que a decisão de suspender o recorrente esteja inquinada de vício de forma;

## II – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta os seguintes documentos apresentados pelo recorrente:

- (i) documento comprovativo da data de recepção da decisão recorrida;
- (ii) nota de Culpa enviada ao recorrente;
- (iii) decisão recorrida;
- (iv) relatório final.

## III – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

O recorrente tem legitimidade e o recurso foi apresentado em tempo, nos termos do disposto nos artigos 33º, n.º 2, e 34º do R.D.M..

## IV – DA DECISÃO

O ora recorrente, começa por alegar que o C.J.D.L. não tem competência para instaurar e julgar o procedimento disciplinar uma vez que, a parte queixosa não pode ser ao mesmo tempo instrutora e julgadora do mesmo processo.

Prossegue o recorrente, alegando a incompetência do ofendido enquanto presidente do C.J.D.L., parte ofendida, instrutor e decisor final do processo.

Ora, da análise da decisão recorrida, do relatório final e da nota de culpa, verifica-se que nas mesmas constam a assinatura do presidente C.J.D.L., o companheiro Alberto Martins da Luz, o qual e enquanto presidente do C.J.D.L., desempenhou funções de instrutor no processo em causa.

Assim, conclui-se que a decisão recorrida viola o disposto no artigo 28º n.º 4 do R.D.M. porquanto o instrutor do processo participou na decisão recorrida.

Nestes termos, a verificação do vício ora analisado é suficiente para anular o processo disciplinar em causa, tornado inútil a análise dos restantes vícios que o recorrente imputa ao conteúdo da decisão recorrida.

Em face do exposto, considera-se procedente o recurso apresentado, **anulando-se**, com todas as legais consequências, **a decisão do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD, de 18 de Dezembro de 2004, que aplicou ao companheiro Frederico Moreira Rodrigues, militante n.º 64731, a sanção disciplinar de suspensão do direito de eleger e ser eleito para quaisquer órgãos da JSD pelo prazo de dois anos.**

Notifiquem-se o recorrente e o Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2004

**A Presidente do CJN/JSD**

**(Filipa Guadalupe)**

# Parecer do Concelho de Jurisdição Nacional da JSD sobre a admissão de 50 militantes da Secção da JSD da Parede, Distrito de Lisboa

A Presidente da Comissão Política da Secção (CPS) da JSD da Parede, Marina Verne, apresentou um pedido de parecer ao Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) da JSD, registado na Secretaria-geral da JSD sob o n.º 11, de 18 de Junho de 2004.

Analisado o referido pedido, há que emitir parecer nos termos conjugados da alínea f) do art.º 62.º dos Estatutos Nacionais da JSD (EN/JSD) e alínea f) do art.º 50º do Regulamento Jurisdicional, relativamente à questão suscitada.

A elaboração do projecto de parecer foi atribuída ao Vogal do CJN Altino Sousa Freitas.

Desta forma, reunido na sede distrital do PSD de Coimbra, pelas 21:00 h do dia 2 de Julho de 2004, em sessão plenária extraordinária do CJN, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Altino Freitas, Paulo Cutileiro, Márcio Lopes, Sara Silva e Bernardo de Freitas Azevedo, acordaram, por maioria, com dois votos contra e uma abstenção, no seguinte:

Parecer 01/2004

## I – DOS FACTOS

A questão suscitada pela companheira Marina Verne, na qualidade de Presidente da CPS da JSD da Parede, consiste sucintamente no seguinte:

1. A CPS da JSD da Parede, presidida pela companheira Marina Verne, aprovou a admissão de cerca de cinquenta novos militantes, com parecer daquela presidente, datado de 9 de Janeiro de 2004;

2. Em data que não se conseguiu precisar, mas situada entre Fevereiro e inícios de Maio do corrente ano, a companheira Marina Verne entregou à Secretária Geral da JSD, as referidas admissões, para efeitos de introdução nos ficheiros nacionais da JSD, o que veio a acontecer em 16 de Maio de 2004;

3. Na pendência desse processo, após a data da emissão do parecer a que se refere o ponto 1 e a sua entrega à Secretária Geral, foram aprovados os novos Estatutos Nacionais da JSD, mais precisamente em 17 de Janeiro de 2004, introduzindo novas regras relativamente à contagem da antiguidade dos militantes, bem como fixando normas transitórias quanto à prorrogação do mandato dos órgãos que estavam em funções àquela data.

4. Assim, se por um lado temos que saber se à data da emissão do alegado parecer de admissão da Presidente da CPS da JSD da Parede, a referida Comissão estava ou não em funções, por outro, importa aferir a data do início da contagem da antiguidade das admissões dos militantes em causa (se a partir de 9 de Janeiro de 2004 - data da emissão do parecer - ou a partir da data da inserção nos ficheiros nacionais da JSD - 16 de Maio de 2004), sabendo-se de antemão que a solução encontrada terá efeitos no exercício dos direitos fundamentais

dos militantes.

## II – DO DIREITO

Relativamente à primeira questão, o saber se, em 9 de Janeiro de 2004, a CPS da Parede estava ou não em funções, a mesma não nos oferece quaisquer dúvidas, uma vez que aquele órgão havia sido eleito em Novembro de 2003, ao abrigo dos anteriores EN/JSD, mandato esse que, em circunstâncias normais, apenas findaria volvido que estivesse um ano, nos termos do art.º 24 dos referidos Estatutos.

Assim, nos termos da alínea c) do art.º 93, conjugadas com o art.º 12 dos anteriores Estatutos, **aquele órgão tinha competência para “admitir ou recusar novos militantes”**.

‡Questão distinta é a decorrente dos **efeitos que do parecer da Presidente da CPS da Parede, datado de 9 de Janeiro de 2004.**

Isto porque, enquanto o n.º 2 do art.º 13 dos anteriores Estatutos, previa que a antiguidade **contava-se “a partir da data da sua inscrição nos ficheiros nacionais”**, após a revisão estatutária que entrou em vigor em 4 de Fevereiro de 2004, essa contagem passou a ser desde a **“data do parecer de admissão ou da admissão tácita”**

Desta forma, estamos perante um problema de **aplicação de leis no tempo**: ou se aplica o Estatuto anterior e, *in casu*, a antiguidade dos militantes conta-se a partir de 16 de Maio de 2004, ou, aplicando os novos Estatutos, a partir de 9 de Janeiro de 2004, data da emissão do parecer da Presidente da CPS da Parede.

Para solucionar esta questão temos de recorrer ao princípio geral sobre aplicação de leis no tempo do art.º 12 do Código Civil.

Dispõe aquela norma que **“a lei só dispõe para o futuro; ainda que lhe tenha sido atribuída eficácia retroactiva, presume-se que ficam ressalvados os efeitos já produzidos pelos factos que a lei se destina a regular.”** (n.º 1)

Assim, em regra, **a lei nova não valora actos ou efeitos passados**, conferindo-lhes efeitos que eles não tinham no momento em que ocorreram (A. Varela, RLJ, 103ª-186; O Ascensão, RT, 91.º-293).” Não poderia o parecer da Presidente da CPS da Parede pretender os efeitos de contagem de antiguidade de militantes, uma vez que à data em que foi exarado, tais efeitos não eram conferidos pelo EN/JSD em vigor.

Mais, no n.º 2 do referido art.º 12 do C. Civil, estabelece-se a seguinte disjuntiva: **“a lei nova, ou regula a validade de certos factos ou os seus efeitos (e nesse caso **só se aplica a factos novos**) ou o conteúdo, os efeitos, de certa relação jurídica independentemente dos factos que a essa relação deram origem (hipótese em que é de aplicação imediata, quer dizer, aplica-se, de futuro às relações jurídicas constitutivas e subsistentes à data da sua entrada em vigor). (...)”** (do Parecer da P.G.R., de 21-12-1977: D.R., II Série, de 30-3-1978, pág. 1804.

Aliás, o pensamento fundamental que arranca a eficácia prospectiva da lei, tendo em linha de conta o sentido normalmente imperativo dos comandos normativos é o de, **“não podendo exigir-se às pessoas o dom de preverem as alterações legislativas do futuro, ser justo aplicar aos diferentes actos jurídicos as normas em vigor ao tempo da sua prática**, por ser com os efeitos destas que os interessados, ao agirem, podem e razoavelmente devem contar (A. Varela, RLJ, 103.º-187).” (o sublinhado é nosso!)

**Na falta de disposição em contrário, a lei só se aplica aos factos futuros**, considerando como tais os factos que se produzem após a entrada em vigor da nova norma.

### Seguem alguns exemplos:

a) “A lei aplicável ao regime de bens é a que vigorar ao tempo em que foi celebrado o casamento, (...), pelo que a nova lei, que, porventura venha alterar não tem aplicação aos matrimónios anteriores (Batista Machado, *Sobre a aplicação no tempo do novo Código Civil*, 105).”

b) “Quanto à herança aberta antes de 25-4-76, mas só partilhada depois dessa data, o regime legal aplicável é o que vigorava antes da entrada em vigor da Constituição (pereira Coelho, *Filiação*, 1978, 14)”.

## III - CONCLUSÃO:

Nestes termos, o CJN/JSD entende que em 9 de Janeiro de 2004 a Presidente da CPS da Parede estava em funções, mas não se pode atribuir ao seu parecer outros efeitos que não aqueles que previam os Estatutos em vigor à data.

**Ao admitir uma solução contrária, estaríamos a aplicar retroactivamente as actuais normas, atribuindo a factos passados um efeito que nunca poderia ser pretendido pela sua autora, uma vez que a Presidente da CPS da Parede não teria o dom de prever alterações futuras.**

Assim, deve a antiguidade desses cerca de cinquenta militantes ser contada **“a partir da data da sua inscrição nos ficheiros nacionais”** (n.º 2 do art.º 13 dos anteriores EN/JSD e não da data da emissão do seu parecer.

Notifique-se a requerente, a Srª Secretária-Geral da JSD e o Sr. Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD

Lisboa, 02 de Julho de 2004.

**A Presidente do CJN/JSD**

**(Filipa Guadalupe)**

Grande inovação na política jovem:

## JSD Faial no Messenger

A JSD Faial informa os seus militantes que 25% do total da militância desta estrutura utiliza o programa de comunicação em tempo real MSN Messenger.

Desta forma, os dirigentes da JSD/Faial informam que sempre que qualquer companheiro desejar comunicar com os órgãos da estrutura, poderá fazê-lo através do endereço de correio electrónico: [jsdfaial@hotmail.com](mailto:jsdfaial@hotmail.com).

Aconselhamos a que coloquem as vossas questões ou opiniões e procurem saber mais da JSD Faial, via e-mail ou via messenger.

CPS/Braga elege novos dirigentes

## Hugo Soares preside destinos da Secção

No passado dia 2 de Julho foram eleitos os novos dirigentes da JSD/Braga, sendo a concelhia um grupo que integra a juventude a experiência de quadros.

Segundo eleito presidente, uma das mais importantes componentes da política é a informação, pelo que o site ([www.JSDBRAGA.com](http://www.JSDBRAGA.com)) será uma aposta na continuidade, tal como iniciaremos a publicação de um boletim a ser distribuído em locais estratégicos.

A luta contra a inexistente política de juventude da Câmara de Braga será outro dos pontos de relevo deste mandato que ora inicia.

Ao Hugo e a toda a sua equipa, desejamos as maiores felicidades e um mandato pleno de vitórias.

## Jogos de Praia da JSD/Setúbal e Almada

Os organizadores deste evento de verão convidam todos os militantes da JSD a participar nos já afamados Jogos de Praia, desta feita edição de 2004.

É uma organização conjunta da Distrital de Setúbal e da Secção de Almada, e que terá lugar no próximo dia 31 de Julho pelas 11h30m, na Praia da Saúde, na Costa de Caparica.

Quem desejar formar equipa (entre 5 e 8 elementos), e fazer utilizar para o efeito o e-mail [cpd\\_jsdsetubal@hotmail.com](mailto:cpd_jsdsetubal@hotmail.com)

Depois deste torneio, irá ter lugar um Churrasco na mesma praia, onde se mantém o convite para os Jogos.

## Finalmente nasceu!

Era um velho sonho da JSD e de inúmeros militantes: activar o Núcleo de Estudantes Social Democratas do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Segundo os laboriosos militantes, após uma árdua luta contra comunistas e socialistas implementados na referida faculdade foi finalmente constituído este NESD do qual muito se espera.

Sem dúvida que se tratou de uma Vitória da Social Democracia!

Aos seus dirigentes fazemos votos de bom trabalho!

### CURTAS/AGENDA

16 de Julho -20H00

Jantar de Tomada de Posse da JSD de Lousada no Clube de Tiro de Lousada

17 de Julho -10H00

Visita dos deputados da JSD aos seguintes concelhos: Póvoa de Varzim – Maia – Porto –Gondomar – Vila Nova de Gaia –Valongo Organização: JSD Distrital do Porto

17 de Julho -20H00

Local a definir Jantar de Tomada de Posse da JSD de Vila do Conde

17 de Julho -20H00

Quinta do Zé Emílio (Trofa); Jantar de Tomada de Posse da JSD da Trofa

21 de Julho -21H30

Biblioteca Municipal de Santo Tirso: Política de Juventude

24 de Julho

Rally Paper da JSD Paredes

24 de Julho

Paços de Ferreira, Jornadas Raul Teixeira

### Caros (as) Companheiros (as),

Passados que estão os dias de impasse, suponho que a satisfação pela decisão do Senhor Presidente da República invadiu o espírito de todos aqueles que consideram a estabilidade um dos bens essenciais da democracia.

Muito já foi falado e debatido acerca dos acontecimentos dos últimos dias e pouco se poderá acrescentar. No entanto, permitam que saliente quatro pontos:

1 – A admirável serenidade com que o PSD aguardou a decisão do Presidente da República, numa clara demonstração de respeito pela pessoa do Dr. Jorge Sampaio por parte das estruturas do Partido. Pudesse todas as restantes forças dizer o mesmo...

2 – O extraordinário elogio Presidencial à actuação do Executivo liderado por Durão Barroso. De uma forma que a ninguém passou despercebida, Jorge Sampaio disse ao País que o bom trabalho até agora desenvolvido não pode ser perigado por uma segunda fase governativa menos prudente. Estou convicto que saberemos honrar o exercício de até agora.

3 – A deplorável declaração de demissão de Ferro Rodrigues. É inaceitável que alguém possa considerar uma “derrota” pessoal uma qualquer decisão do mais alto magistrado da Nação. Que mensagem deu Ferro Rodrigues ao País? Uma apenas: a de que o PS tem uma visão “amiguista” do exercício do Poder. Mas Sampaio tem uma conduta muito ética nas suas funções e não tomou as dores de uma oposição sem norte. Melhor dizendo, Sampaio não é Soares...

4 – Finalmente, a curiosidade máxima: a esquerda radical em peso pedia o sufrágio universal secreto e directo como forma suprema de legitimação política! E pediam-no com veemência. Só não me lembro quem o pedia mais alto: se aqueles que internamente votam de braço no ar, ou se aqueles que internamente nem sequer votam!

Ao Dr. Santana Lopes e ao seu futuro Governo fazemos votos de bom trabalho em prol do País.

Portugal está no bom caminho: saibamos mantê-lo assim!

Cordiais Saudações

**Paulo Colaço**

Director de Informação da JSD

# Comunicado do Conselho Nacional de 11 de Julho de 2004

**O Conselho Nacional do Partido Social Democrata, reunido em 11 de Julho de 2004, procedeu à análise da situação política e tomou as seguintes decisões:**

1. Saudar o Senhor Presidente da República pela decisão que tomou, a qual permitirá assegurar a manutenção da indispensável estabilidade política e recordar como o PSD sempre manifestou o seu profundo respeito pela posição institucional do Senhor Presidente da República e a sua confiança na opção que viesse a assumir, convicto de que ela seria sempre a mais adequada à defesa do interesse nacional.
2. Designar o Presidente da Comissão Política Nacional, Dr. Pedro Santana Lopes, como candidato do Partido Social Democrata a Primeiro-Ministro, ao abrigo do disposto no art. 18.º n.º 2 alínea f) dos Estatutos do Partido.
3. Reiterar o seu entendimento de que o novo Governo deve ter como objectivo central da sua acção dar sequência ao projecto político que vem sendo desenvolvido desde Abril de 2002 e prosseguir o cumprimento do programa do XV Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia da República



## Editorial



### A Democracia Também é respeito

O Sr. Presidente da República deu à actual maioria parlamentar a possibilidade de apresentar um novo governo, o XVI constitucional.

Uma decisão maturada, e com toda a certeza tomada em solidão embora antecedida de uma exaustiva recolha de opiniões. Assistimos ao funcionamento normal e até exemplar dos órgãos democráticos.

É assim uma democracia estruturada e consolidada.

O País e os Portugueses têm motivos para estar satisfeitos. Fosse qual fosse a opção do Sr. Presidente da República ela tem de ser objecto do maior respeito e da maior observância.

Nem todos assim reagiram.

Infelizmente. Os Portugueses saberão fazer a sua avaliação. É nos momentos difíceis que se vêem os grandes homens.

## João de Deus Pinheiro eleito 1º Vice-Presidente do Grupo do PPE

O Professor João de Deus Pinheiro foi hoje eleito, em Bruxelas, 1º Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu. João de Deus Pinheiro foi o único candidato a ultrapassar os 200 votos (o PPE conta com 268 Deputados). Trata-se da primeira vez que o PSD consegue uma posição de tanto destaque no Parlamento Europeu, alcançando a 1ª Vice-Presidência do maior grupo político do PE. O Deputado alemão Hans-Gert Poettering, foi reeleito Presidente do Grupo.

No dia 14, o Grupo do PPE recebe o Presidente indigitado da Comissão, Dr. José Manuel Durão Barroso.

